

## **II. Deliberações**

### **Câmara**

- 1. Aprovação da ata n.º 35/2023 da reunião ordinária de 03 de abril 2023.**



**XIII MANDATO**

**ATA N.º 35/2023**

**Reunião ordinária pública de 03 de abril de 2023**

Ao terceiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Centro de Juventude de Braga, sito na Rua Santa Margarida, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). -----

Secretariou: Cidália Alice Lopes Rodrigues, Técnica Superior, a exercer funções na Unidade Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição de Liliana Cristina Silva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ORDEM DO DIA-----**

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria referente ao dia 28 de março de 2023**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**-----DELIBERAÇÕES-----**

- 1. Aprovação das atas n.º 33/2022 e n.º 31/2022, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:** Foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----



**2. Contrato de gestão delegada celebrado entre o Município de Braga e a AGERE-empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto nas disposições conjugadas nos artigos 25.º n.º 1, alíneas n) e q), e n.º 2, alínea a), 33.º, n.º 1, alínea ccc), do regime jurídico das autarquias locais, constantes do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta do Contrato de Gestão Delegada, nos termos e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 17.º e artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, de acordo com os documentos anexos. Aprovar o envio à ERSAR da minuta de contrato de gestão delegada, na sequência da presente deliberação da sua aprovação; Aprovar a submissão ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, da minuta do contrato de gestão delegada, tudo em conformidade com o regime legal aplicável à fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas; Após o visto prévio pelo Tribunal de Contas, o contrato de gestão delegada pode ser outorgado, devendo posteriormente seguir-se as comunicações legalmente obrigatórias; Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu ter sido entregue uma clarificação que resultou da reunião da Comissão Especializada da Assembleia Municipal, relativamente ao momento de entrada em vigor e à tramitação. De seguida, afirmou que o contrato depois de aprovado na Câmara Municipal irá para Assembleia Municipal, será submetido a parecer não vinculativo da ERSAR, seguindo-se o visto do Tribunal de Contas e que só entrará em vigor e terá efeitos a partir dessa data, pelo prazo de 10 anos. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Altino Bessa**, que solicitou saber qual o motivo para uma taxa de remuneração tão alta, já que o risco de operação é praticamente nulo. De seguida, afirmou que, no seu entendimento, o que importa na discussão política é que o negócio, naquilo que importa aos acionista e privados, é conhecido e sem qualquer tipo de risco, referindo que é visível pelas contas do último quadrimestre de 2022 que a atividade da empresa AGERE é altamente lucrativa, algo que inicialmente não era expectável e que resulta da gestão que tem vindo a ser realizada, que tornou essa atividade muito mais rentável do que era no passado. De seguida, aludiu que, no entanto, não se pode desassociar o facto de estas taxas terem um benefício na exata medida daquilo que é a própria atividade da empresa e a relação com os bracarenses, e que a taxa é definida de acordo com os resultados da empresa, sendo que se a empresa tiver resultados capazes de pagar essa taxa as coisas mantêm-se, mas, se não tiver, as taxas alteram-se. De seguida, afirmou que a AGERE não deve funcionar como uma atividade que pense só no lucro, pelo que entende que a taxa proposta é exagerada. Acrescentou que, do ponto de vista da relação, isto acaba por não ser um empréstimo, como sempre foi tratado, mas um contributo, um



investimento que os privados fizeram para agora ter o lucro que têm, e não faz sentido desta lógica do investimento que se remunere aquilo que é o normal, nem que seja feito da lógica do risco que não existe. De seguida, afirmou que isto coloca um impacto sobre a remunicipalização futura da AGERE, pois ao serem aprovados estes valores está-se a sobrevalorizar aquele que é o valor futuro da própria empresa, o que coloca em questão o valor futuro a pagar, pelo que são cometidos dois erros em dois sentidos, o valor excessivo a pagar ao privado e a repercussão direta dessa medida que é a sobrevalorização da empresa, que coloca em causa uma pretensão que é quase unânime de todos os partidos políticos de remunicipalizar a AGERE. De seguida, referiu uma preocupação a dois níveis, o primeiro relacionado com a força jurídica e a validade efetiva de um parassocial que existe, e que a taxa era de 5% e agora a proposta é de 5,7%, o que acaba por ter um impacto social muito grande. De seguida, solicitou saber se existe algum parecer jurídico que regule a relação e o facto de os próprios acionistas serem fornecedores da própria AGERE e solicitou, caso não exista, que o mesmo seja o mais urgentemente pedido e junto ao documento. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros**, que afirmou que a reflexão ao documento apresentado não fez alterar de forma substancial as críticas e preocupações que o contrato de gestão delegada levantou, apesar de a redação se ter aproximado de quase todas as pretensões e correções pedidas pela ERSAR. Ato contínuo, afirmou que, pelo que percebeu da documentação que foi entregue da comunicação entre a administração da AGERE e a ERSAR, um dos últimos pontos a ser reconsiderado foi precisamente a taxa de remuneração de capitais, afirmando que acredita que este foi o ponto mais difícil de ceder e negociar. De seguida, referiu, sobre o modelo de gestão da empresa, que no próprio contrato-programa, nas cláusulas de renovação e cessação de contrato não há nenhuma alínea sobre a sua cessação, e que remete apenas para a Lei Geral. De seguida, aludiu que é a própria Lei Geral que determina as regras para a participação privada em empresas municipais, e que a obrigatoriedade de se estar a votar o contrato-programa prende-se com esse facto, porque na gestão pública não é necessário fazer este contrato-programa. De seguida, asseverou que, independentemente destas alíneas, reparou que as mesmas acabam por salvaguardar e blindar os direitos dos privados que participam nesta empresa municipal, porque quando se fala da aplicação de uma taxa, essa pode ser obrigatória, mas nada obriga a que o valor seja este. Prosseguiu, dizendo, sobre a taxa variável que tem a ver com a gestão de risco, que se está a falar de uma empresa que não está a ser criada neste momento e que o investimento do privado não está a ser feito agora com uma previsão de risco a 10 anos, sendo um contrato de gestão delegada de uma empresa que funciona desde 2005 e que, portanto, o retorno dos privados, considerando os resultados dos últimos 6 anos dos dividendos



distribuídos, já terá ultrapassado o investimento feito pelos privados. Continuou dizendo que essa taxa blinda direitos de privados ao invés de blindar o interesse público e a garantia de que, independentemente do que aconteça no futuro da empresa, que se prevê que não seja muito diferente no que aos resultados positivos diz respeito, se os resultados sofrerem alteração, o que se percebe é que os tarifários subirão, pelo que, aconteça o que acontecer, o consórcio de privados ficará sempre salvaguardado do ponto de vista dos seus dividendos e não o valor e o investimento que o município terá de fazer e que os bracarenses terão de pagar. De seguida afirmou que, como referiu o vereador Artur Feio, houve de facto um consenso de remunicipalização durante o período eleitoral, mas não estás nas prioridades do Sr. Presidente, como já foi assumido, tendo em conta o investimento que teria de ser feito, afirmando que sempre discordou dessa posição, e que entende que com este modelo de gestão se vai perpetuar uma circunstância em que esta empresa municipal abdica anualmente de cerca de 17.000.000,00€ que poderiam ser investidos na melhoria do serviço público e na universalidade e qualidade do serviço, e que não o faz porque tem de o dividir com os privados. Continuou dizendo que mais do que este contrato de gestão delegada, a sua redação, a forma como protege, de acordo com a Lei, porque assim tem de ser redigido, para si é claro que o rumo da remunicipalização é a única opção que salvaguarda o serviço público, a sua qualidade e universalidade, tendo apresentado uma proposta no início do mandato, de modo a que se fizessem as contas para perceber quanto custaria ao município a remunicipalização, sendo que essas contas não foram feitas, embora, mais tarde, o Sr. Presidente tenha partilhado que ficaria entre 30 mil e 50 milhões de euros, que com a inflação já passou para 60 milhões, a verdade é que não conhece os cálculos e seria importante perceber, mas enquanto não for tomada a decisão de remunicipalizar, este cálculo será empurrado cada vez para mais tarde, assim como o investimento e a poupança, que na sua opinião valeria a pena fazer, nem que fosse daqui a 6 ou 10 anos. Terminou dizendo que, de sua parte, o ideal seria que o contrato de gestão delegada fosse retirado em permanência enquanto se faz a decisão de remunicipalizar a AGERE e que, prevendo que não seja essa a decisão da maioria, votará contra, insistindo que se deveria repensar o modelo de gestão. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que aludiu, sobre a questão jurídica, que aquilo que foi dito pela Vereadora Bárbara Seco, quando referiu que o contrato de gestão delegada não existiria se a empresa fosse totalmente pública, é totalmente falso, e que o contrato de gestão delegada existe por força da natureza do sector da atividade da empresa, sendo imposto por lei. De seguida, sobre o ponto de visto económico, afirmou que é completamente errado aquilo que foi dito pelo Vereador Artur Feio, quando comparou a taxa dos 5% que está vertida no contrato parassocial com a taxa de 5,71%, porque os 5% são o prémio de custo no âmbito do contrato-



programa sobre os serviços executados pela AGERE delegados pela Câmara e não sobre a remuneração dos capitais, sendo que são duas taxas completamente diferentes. De seguida afirmou, sobre a remunicipalização, que não há expropriação de participações sociais, salvo um enquadramento muito específico, que deriva desta lei, e que tem a ver com a fixação de uma opção de compra e uma opção de venda para o delegante e para a entidade que delega, que se fixa no 1.3 caso seja a entidade delegante ou o 0.7 do valor da empresa caso se trate da entidade delegada, não há a obrigação de um parceiro privado alienar a sua participação, por qualquer que seja o preço, mesmo que houvesse toda a vontade política ou disponibilidade financeira e o facto de existir um contrato de gestão delegada cria um enquadramento diferente, porque de acordo com a lei é possível fazer essa opção de compra e de venda, sem ser preciso haver negociação se o preço for fixado. Prosseguiu dizendo que, pelas estimativas, os valores rondarão os 60.000.000,00€, caso o município quisesse remunicipalizar a participação que alienou, por força da evolução que a empresa teve. De seguida, referiu que era curioso que quem promoveu em primeira instância esta alienação, com o apoio da Coligação Juntos por Braga, coloque o enfoque numa das situações que a maioria corrigiu face ao passado, que era uma relação íntima entre o parceiro público e o parceiro privado do ponto de vista dos procedimentos de contratação, de serviços e fornecimentos à própria AGERE. De seguida, referiu que boa parte dos lucros não foram feitos à custa dos bracarenses, porque ao contrário do passado os tarifários não só não aumentam exorbitantemente como até já foram reduzidos e estiveram grande parte do tempo congelados, mas sobretudo devido aos fornecimentos, que são feitos pelos muitos parceiros privados, cujas condições foram revistas e reduzidas, tendo gerado mais eficiência, lucros e resultados para a Câmara Municipal. Quanto à questão estritamente jurídica, referiu que formalmente nada impede que o parceiro privado tenha uma parcela de capital possa ser também fornecedor da empresa, referindo que houve várias participações a entidades judiciais sobre os vários procedimentos de contratação, do passado e do presente, e nunca essa questão foi levantada, pelo que não julga ser necessário impor no contrato algo que a lei não estabelece sobre essa matéria, sendo importante que os procedimentos salvaguardem o interesse público. Continuou dizendo que não se está a falar de uma relação entre a Câmara e os privados no âmbito do contrato de gestão delegada, mas de uma relação entre a Câmara e a AGERE, onde a Câmara tem 51% de participação, e que, como já havia explicado, o facto de se fixar esta taxa remuneratória não é apenas para defender os interesses dos privados, mas também para ir ao encontro do objetivo de diminuir o mais possível a necessidade de injeção de capitais no âmbito do contrato-programa, pois se a AGERE gerar lucros e resultados e que na parcela da Câmara Municipal façam equivaler o mais possível ao valor que se terá de pagar pelo contrato-



programa também se estará a proteger o interesse público, pois se fossem baixados os resultados, a Câmara teria de meter mais dinheiro na AGERE. Prosseguiu dizendo que essa perspetiva tem também de ser avaliada do ponto de vista do utilizador final, e que o facto de a empresa ser 100% municipal não se traduziria imediatamente numa descida dos tarifários, que por força das orientações da União Europeia e da própria ERSAR há determinados serviços cujo custo tem de ser fator de desincentivo da própria utilização, e que, nessa perspetiva, é óbvio que seria melhor que gerando lucros, esses fossem 100% municipais do que partilhados com os privados, mas mesmo que o valor da aquisição fosse aquele que os privados pagaram, não teríamos disponibilidade financeira, não sendo uma questão de ilusão jurídica, mas sim de pragmatismo de gestão. Terminou dizendo que aquilo que se pretende é que a dinâmica de empresa garanta a universalidade do serviço, que tem sido reconhecida pelas próprias entidades reguladoras, e que, em termos de custos, Braga continua a ter os mais baixos de todas as cidades de idêntica dimensão ou superior, considerando que o interesse público e da comunidade vai sendo salvaguardando, sendo que o cenário de evolução permitirá, a prazo, não só promover alguma redução tarifária, mas também a concretização de muitos investimentos relevantes, como a própria ETAR, e a criação de condições para que a empresa possa ser remunicipalizada no futuro. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Altino Bessa**, que referiu que ao contrário do que havia lido nas notícias, o visto do Tribunal de Contas ainda não estava garantido. De seguida, afirmou que acha que deveria acabar a conversa contínua de chamar as decisões do passado do PS, que os atuais vereadores têm por hábito assumir que nem tudo foi bem feito do passado, e que o passado permite que não se faça errado duas vezes, e que aquilo que é importante publicamente é reafirmar uma vontade manifesta e expressa de que se o PS tivesse sido eleito, ter-se-ia iniciado o processo de remunicipalização imediato. De seguida, sobre as relações íntimas com os fornecedores, aludiu que aquilo que gostava de ver esclarecido é se existe um parecer jurídico nesse sentido, algo que não foi respondido, e que, como sabe que não existe, gostava que fosse pedido e incorporado um parecer jurídico que confortasse esta relação, não havendo nada contra os privados, mas uma vontade de esclarecimento das relações. De seguida, relativamente à taxa de risco, afirmou que não existe justificação, nem na resposta do Sr. Presidente, nem nas reuniões da comissão que foram realizadas, e questionou como é que surge um risco num negócio que é absolutamente conhecido e linear do ponto de vista de gestão, histórico de contas e histórico do exercício da atividade, afirmando que não existe risco nenhum e que nada justifica esta taxa adicional. De seguida, referiu que o Sr. Presidente está em final de mandato, e que não será candidato às próximas eleições, e que aquilo que se está a votar vai cair nas costas do futuro, pois o valor que se vai pagar poderia eventualmente ser inferior, mas



seguramente não será, porque há o pagamento de uma remuneração que é absolutamente exagerada relativamente àquilo que poderia e deveria ser, e que o PS insiste na necessidade de haver este parecer que regule a relação entre a AGERE e os privados. Terminou afirmando que o PS votaria contra. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu que existe uma visão parcializada da história, aquela que é agradável é invocada, aquela que é desagradável é despropositada. De seguida, sobre a taxa de risco, referiu que é também despropósito mencionar que uma atividade como esta não tem risco e que qualquer atividade económica tem risco, esta mais do que outras, porque, além do interesse público numa área absolutamente crítica e de responsabilidade para com a comunidade, existem vários fatores de natureza operacional, financeira, regulatória e legislativa, que, de um momento para o outro, podem criar situações de entropia no funcionamento e portanto o risco existe e é significativo para os provados e para a própria Câmara Municipal. Prosseguiu, sobre o valor futuro a pagar pela remunicipalização, que esse não resulta deste contrato de gestão delegada, mas da gestão que a empresa teve ao longo dos últimos anos, que teve um foco na otimização dos recursos ao dispor para garantir um nível de serviço e de acessibilidade económica, e os investimentos múltiplos nessa matéria. Prosseguiu, sobre a questão específica da contratualização, afirmando que a lei não precisa de pareceres, sendo que a ETAR foi contratada a um dos parceiros que detém 49% e teve o visto do Tribunal de Contas, que tinha plena consciência dessa circunstância, mas que, na sua opinião pessoal, era uma matéria que deveria ter ação legislativa, porque lhe parece inconcebível que um parceiro que detém percentagem de capital possa concorrer, mas que a sua opinião vale o que vale. **Deliberado aprovar e remeter à Assembleia Municipal por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com os votos contra dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**3. Deveres de informação das empresas locais - Relatórios de execução orçamental – 4º trimestre de 2022.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em vista o cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial e das participações locais, propõe-se que a Câmara Municipal tome conhecimento e aprecie os relatórios de execução orçamental das empresas municipais



relativos ao exercício de 2022, 4.º trimestre, e delibere submeter os mencionados documentos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, à apreciação da Assembleia Municipal.” **Tomou-se conhecimento, e remeter à Assembleia Municipal.** -----

**4. Ratificação de decisão de adjudicação e aprovação das minutas do contrato CPI/02/23/DCP.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se a ratificação a decisão de adjudicação e a aprovação das minutas do contrato CPI/02/23/DCP, tomada pelo Sr. Presidente da Câmara em 28 de março de 2023, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35º, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tudo de acordo com as informações técnicas constantes do processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que por não possuir toda a informação sobre o processo, não poderia votar em consciência, pelo que o PS se iria abster. **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**5. Doação ao Centro Cultural e Social de São Pedro de Lomar de parcela de terreno, situada no Lugar das Regadinhas, freguesia de Lomar (I/45584/2021 – I/27239/2023).** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa à doação ao Centro Cultural e Social de São Pedro de Lomar de uma parcela de terreno, situada no Lugar das Regadinhas, freguesia de Lomar, com a área de 873 m2, para a construção de um centro de dia. Mais se propõe que, na escritura de doação, se estipule uma cláusula de reversão no caso de o bem doado ser utilizado para outro fim e/ou no caso de não ser efetivamente utilizado, isto é, se não se executar a construção no prazo máximo de 3 anos.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que referiu que o PS acompanha o objetivo, mas existem algumas dúvidas quanto à figura jurídica de doação de terreno, questionando se não haveria outras possibilidades jurídicas para atingir este mesmo objetivo, nomeadamente o contrato de comodato ou a cedência de direito de superfície, e se existe algum motivo a nível de financiamento para esta construção que impeça que estas figuras menos definitivas e gravosas para o património municipal pudessem ser interiorizadas.



Referiu ainda uma cláusula de reversão, que permite assegurar o objetivo e a bondade da doação, sendo esse o motivo para o PS votar favoravelmente. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que referiu que nas situações mais recentes têm existido vários entraves das entidades financeiras e necessidades de revisão, e que o importante é o cumprimento dos fis para os quais a doação é feita, e a partir do momento em que existe uma cláusula de reversão, se vamos para uma medida mais generosa, como o caso da doação, ou para uma mais mitigada, como o contrato de comodato ou cedência de superfície, é irrelevante e para simplificar o processo optaram pela primeira. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros**, que referiu compreender a necessidade, afirmando que iria votar favoravelmente. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

6. **Informação relativa ao edifício sito no passeio do escadório de Figueiredo, na União das freguesias de Arentim e Cunha, Braga, descrito na 2ª CRP de Braga sob o n.º 968/20200918, inscrito na matriz urbana sob o n.º 761-P, para efeitos do previsto no n.º 5 do artigo 46.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o processo em epígrafe, tendo em vista a confirmação do estado de conservação do imóvel, para efeitos do previsto no n.º 5 do artigo 46.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

7. **Informação relativa ao edifício sito em Ponte, na União das freguesias de Merelim (S. Paio), Panóias e Parada de Tibães, Braga, descrito na 2ª CRP de Braga sob o n.º 1283/20210412, inscrito na matriz urbana sob o n.º 209 e na matriz rústica sob o n.º 669, para efeitos do previsto no n.º 5 do artigo 46.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o processo em epígrafe, tendo em vista a confirmação do estado de conservação do imóvel, para efeitos do previsto no n.º 5 do artigo 46.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

8. **Empreitada “Variante do Cávado entre KMS 3+366.185 e 3+625.000 e regularização do Rio Torto entre a Rotunda da Av. do Estádio e a EN 201 - Aprovação da fórmula de revisão de preços extraordinária.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a autorização, pelo Executivo Municipal, da fórmula de revisão de preços apresentada como contraproposta ao pedido de revisão extraordinária de preços submetido pela entidade executante, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 3 e no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, da empreitada mencionada em



epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

9. **Reconhecimento como Loja com História do estabelecimento “Feira das Tapeçarias” localizado no Centro Comercial Santa Bárbara, loja nº 26, Rua Dr. Justino Cruz, da UF de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto).** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de reconhecimento como Loja com História ao estabelecimento “Feira das Tapeçarias”, localizado no Centro Comercial Santa Bárbara, loja nº 26 da Rua Dr. Justino Cruz, da União das Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho.” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que comunicou que o PS votaria a favor, mas que, após consulta do documento, percebeu que o que está a ser reconhecido é o negócio e não tanto o espaço, sendo que a terminologia suscita essa dúvida. De seguida, referiu que o voto a favor seria realizado na expectativa de que este selo de loja com história permita uma dignificação do espaço, porque se for pensada a utilidade de se estar a sinalizar todos estes negócios, essa será valorizá-los e incentivar à sua visita, e se, de hoje para amanhã, for criado um programa turístico ou roteiro de lojas com história, seria mais interessante não só o negócio mas também o espaço ser tido em conta. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

10. **Regulamento do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de Braga - Proposta final.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, com vista à posterior aprovação da Assembleia Municipal, o projeto do Regulamento do Conselho Estratégico Para o Desenvolvimento Sustentável de Braga, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, para informar que o PS votaria a favor, devido à importância de haver consultores numa área tão importante



como a do desenvolvimento sustentável, mas que haveria margem de melhoria para tornar o conselho consultivo mais abrangente e que a opinião da sociedade é importante, mas que da leitura do regulamento parece que a forma de compor este conselho está excessivamente concentrada no presidente do município, e se calhar uma maior intervenção na sua composição poderia trazer alguma vantagem, ainda que a decisão final fosse do presidente do município. Prosseguiu dizendo que na página 3 existe uma referência sobre o financiamento do conselho, e questionando se haverá em algum momento uma apresentação de contas das despesas associadas ao conselho. De seguida, sobre a página 5, onde se menciona a composição, questionou se não faria sentido não estar centrado na pessoa do presidente, mas haver aqui alguma colaboração de todo o município. De seguida, referiu a página 6, onde se sugere que entre em funcionamento nos próximos 6 meses, e questionou, por não ter existido uma grande discussão, se existe alguma urgência ou prazo para que seja aprovado. Ainda sobre a mesma página, referiu existir referência à mesa e às competências sem que se identifique o que é a mesa, como é composta ou caracterizada, e que faria sentido haver uma inversão dos artigos. Sobre a própria mesa, questionou se não faria sentido, ainda que sob proposta do presidente, que fosse votada ou eleita pelos membros do conselho e não indicada pelo presidente. Sobre a composição de 6 elementos da mesa, entre especialistas e personalidades, referiu que são também indicados pelo presidente e que por isso a sensação que tem é que o conselho está muito concentrado numa pessoa só e que ganharia se houvesse uma maior intervenção e contributos de outros membros do executivo. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu que, por inerência, o Presidente da Câmara tem estado como responsável máximo dos conselhos municipais, nem sempre presente em todos, mas formalmente tem sido assim, e sendo que o presidente tem o pelouro para a sustentabilidade, até faz sentido que assim seja. De seguida, afirmou que este conselho terá uma dimensão de organização do funcionamento do conselho mais descentralizada, e quem irá liderar através da mesa será o Pedro Norton de Matos, que já foi convidado publicamente, sendo que o mesmo aceitou o convite, e referiu que, como em todos os outros conselhos, existe receptividade a outras sugestões de pessoas.

**Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal. -----**

-----

**11. Delegação de competências no âmbito do Projeto “Atendimento Municipal nos Espaços Cidadão” - União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a minuta do contrato administrativo de delegação de competências, nos termos da leitura conjugada do n.º 1 do artigo 23.º, alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º,



todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar nos termos e de acordo com documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

**12. Protocolos de Cooperação para funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, bem como no n.º 3 do artigo 5.º e no n.º 3 do artigo 8.º. ambos da Portaria n.º 188/2024, de 18 de setembro, na sua redação atual, no sentido de serem aprovados os seguintes protocolos de cooperação para funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, a celebrar com as seguintes entidades: - Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha; - Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró /ASCDRENO; - Associação Juvenil “A Bogalha”; - Centro Comunitário de São Martinho de Dume; - Centro Cultural e Social de Santo Adrião; - Colégio de São Caetano; - Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga; - Santa Casa da Misericórdia de Braga; - Sempre a Crescer – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL; - O modelo de regulamento Interno do serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado, que faz parte da proposta; - Os quadros financeiros associados a esta operação, em anexo; - Os documentos modelo de monitorização de Acordos de Intervenção e Contratos de Inserção; - O protocolo sobre Tratamento e Proteção de Dados Pessoais, a celebrar entre o Município de Braga, o Instituto de Segurança Social, IP e o Instituto de Informática, IP.” **Protocolo de cooperação com a Associação Juvenil “A Bogalha” aprovado por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, com escusa da Vereadora da CDU, Bárbara Barros. Os restantes protocolos foram aprovados por unanimidade.** -----

**13. Protocolo de parceria entre o Município de Braga e a Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave – ATAHCA.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta com vista ao estabelecimento de protocolo de parceria entre o Município de Braga e a ATAHCA-Associação de Desenvolvimento das



Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, nos termos do disposto nas alíneas a) e k) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que vai em anexo.”

**Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa.** -----

-----

**14. Apoio financeiro – contrato programa de desenvolvimento desportivo 2022/2023.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no n.º 1 e alínea f) do n.º 2 artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2022/2023 e o Hóquei Clube de Braga, no valor de 10.322,00€ (aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo Apoio de 40% das viagens dos oitavos e quartos de final da Liga do Campeões).” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

-----

**15. Proposta de apoio financeiro para horta urbana – União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de atribuição de apoio financeiro à União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, no valor de 4.663,75€ + IVA, correspondente aos trabalhos de preparação, delimitação e organização do espaço por forma a acomodar a criação de mais 30 talhões, na referida união das freguesias, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

-----

**16. Proposta de apoio financeiro para parque canino – União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de atribuição de apoio financeiro, à União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, no valor de 6.863,00€+IVA,



correspondente à execução dos trabalhos de preparação, delimitação e organização do Parque Canino, na rua da Igreja Velha, para o bem estar dos animais e qualidade de vida dos cidadãos, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

**17. Outras isenções/reduções/taxas.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos nºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º, mapa em anexo; **b)** Do nº.4 do artigo H-1/16º - Conhecimento, mapa em anexo.” Ponto a) deliberado aprovar por maioria. **Alínea a) aprovada por maioria e dar conhecimento à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, com escusa da Vereadora da CDU, Bárbara Barros. Alínea b) aprovada por unanimidade e dar conhecimento à Assembleia Municipal.** -----

**18. Pedido de isenções – indeferimento.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadrados no n.º 1 e n.º 2 do artigo H-1/16.º e no artigo H-1/17.º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado aprovar a proposta de indeferimento por unanimidade.** -----

**19. Aditamento às Normas de Participação e Atribuição de Prémios do Concurso Jovens Talentos 2022 - pagamento do 3º prémio Ex-áqueo.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta para pagamento do 3º prémio Ex-áqueo no valor de 500,00€, por não estar contemplado nas normas de participação aprovadas pelo Executivo Municipal, em 12 de setembro de 2022. **Deliberado aprovar por unanimidade** -----



**20. Proposta do PS de criação de uma Central de Partilha de Recursos e Ajudas Técnicas.**

Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se proposta apresentada pelo Partido Socialista relativa a criação de uma Central de Partilha de Recursos e Ajudas Técnicas para o concelho de Braga, que crie um espaço que possibilite a doação, armazenamento e redistribuição de equipamentos usados, mas em condições de serem reutilizados por novos utentes, que se anexa.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que aferiu que a proposta surge de um conjunto de reuniões que foram realizadas com várias entidades e instituições particulares de solidariedade social, e que esta central de partilha de recursos é diferente de um banco de bens ou de doações que já existem em várias cidades, como Braga, e que as próprias instituições de solidariedade social possuem, sendo que esta proposta é uma centralização de algumas estruturas que vemos com bons olhos depois desta delegação de competências na área da saúde, e não na área social. De seguida, afirmou que falaram também com imensas famílias com pessoas especiais com necessidades específicas, como deveria estar referido no documento, com imensos elementos ligados à saúde e a centros de saúde, com a segurança social e com algumas juntas de freguesia, tendo sido unânime que não existe nada no sentido da proposta, que tem a ver com a doação receção e entrega de equipamentos técnicos especializados mais ligados à área da saúde. De seguida, referiu que pode haver alguma confusão porque normalmente os equipamentos base destes bancos são as camas, andarilhos e cadeiras de rodas, mas esta central de partilha tem a ver com outro tipo de equipamentos, como as cintas cervicais, joelheiras, gruas de banho, cadeiras de banho, rampas de acesso que existem em algumas habitações, dando exemplos concretos de famílias que viram familiares partir e ficaram com alguns destes equipamentos e que não têm a quem dar, sendo que o município poderia uma centralização de recursos para posterior empréstimo a quem de direito. Continuou para afirmar que todas as entidades que havia referido já recebem estas doações, mas o município, tendo esta central de partilha de recursos, daria um passo em frente na eco-sustentabilidade, sendo uma defesa social e ambiental que é necessário fazer, sendo que este pelouro se enquadraria melhor na área da saúde, pela especificidade que apresenta, e que o pelouro da saúde poderia encabeçar esta central e comunicar à cidade e aos especialistas aquilo que o município tem, articular com as diferentes instituições sociais, juntas e centros de saúde e centralizar todos estes equipamentos para um posterior envio. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros**, que referiu que iria acompanhar a proposta, que faz sentido do ponto de vista de união de esforços e de evitar algum tipo de discricionariedade, quando algumas instituições fazem pedidos diretamente e outras não o fazem, e que esta proposta cria e solidifica uma plataforma que pode até ser feita de forma menos centralizada,



e que a alínea que refere a plataforma digital e a partilha da informação da existência das centrais e dos equipamentos lhe parece muito importante. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, que aludiu que o município tem esta preocupação desde sempre e tem um contacto direto e de grande proximidade com as entidades parceiras e que não são dadas respostas diretas aos munícipes, mas que estes são direcionados para o parceiro mais indicado, que tenha a possibilidade de responder ao pedido, pelo que esta proximidade e compromisso são valorizados e que quando existe a possibilidade de realizar uma doação, são os primeiros a divulgar as instituições que têm centros de recolha e que poderão dar um bom uso aos equipamentos a doar, quer seja mobiliário, médico, eletrodomésticos ou outros. De seguida, afirmou que, apesar de lhe parecer importante a divulgação, fará mais sentido que a proposta se associe a esta postura de valorizar o que existe e não tanto a criação de estruturas internas, pois o processo de transferência de competências traz grandes responsabilidades, sendo que a estrutura de recursos humanos não possibilita alocar mais gente para criar e gerir esse banco de equipamentos. De seguida, afirmou que existem vários centros com esta valência, como o Centro Cultural de Santo Adrião, a Cruz Vermelha Portuguesa, e o próprio sistema com as ajudas técnicas da segurança social. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, para referir que a proposta resulta de reuniões com entidades e pessoas que dizem que não existe nada daquilo que foi apresentado, pelo que não sabe o que dizer quando é dito que já existe. Prosseguiu dizendo que a questão dos recursos humanos é um argumento válido, mas que não é uma proposta assim tão descabida. De seguida, referiu que, em relação a esta proposta, o fazia recordar a proposta dos campos de férias e que sentia que se anda a perder tempo para ver quem inventou o quê, mas que estas propostas não podem ser vistas no espírito competitivo, mas no espírito cooperativo, e se é trazido o resumo das reuniões realizadas, e se o executivo não quer aproveitar, essa é uma opção política. Continuou dizendo que se a intenção for aproveitar esta solução no banco de doações, dar a volta e responder ao que está a ser apresentado, por si tudo bem, e que continuariam a apresentar propostas do interesse dos bracarenses, e que a sensibilidade para aceitar e aprovar é nestes exemplos que se vê, sendo um bom exemplo de cooperação que não precisa assim de tantos recursos humanos. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que referiu que a questão dos recursos humanos é uma lógica de evitar redundâncias, e a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Carla Sepúlveda já demonstrou que já existe no nosso concelho, e se for pedido para divulgar melhor as respostas de outros parceiros, será feito, para criar respostas redundantes, não faz sentido.

**Deliberado rejeitar com os votos a favor dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo**



**Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, da Vereadora da CDU, Bárbara Barros, e com os votos contra do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda. -----**

**21. Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade a presente ata em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para surtir efeitos imediatos. -----**

**Foi proposto, pelo Presidente da Câmara, o seguinte voto de pesar: -----**  
**--- Voto de pesar pelo falecimento de Francisco Augusto Martins Ferreira, ex-presidente da Junta de Freguesia de Nogueira. Deliberado aprovar por unanimidade -----**

**Foram propostos, pelo Presidente da Câmara, os seguintes votos de louvor: -----**  
**- Voto de louvor ao atleta José Gonçalves, acompanhado por Paulo Correia, que conquistou duas medalhas de bronze individuais e uma medalha de prata em pares, em Boccia,, no World Boccia Intercontinental Challenger, realizado entre os dias 25 de março e 01 de abril, em Zagreb, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades do atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo para todos os bracarenses. Deliberado aprovar por unanimidade-----**

**- Voto de louvor aos atletas da equipa Academia de Patinagem de Braga, pelo título conquistado no Campeonato Nacional de Show e Precisão grandes grupos, em prova realizada no dia 02 de abril, em paredes, e por revelarem uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades das atletas de elite, motivo de júbilo para todos os bracarenses. Deliberado aprovar por unanimidade -----**

**- Voto de louvor aos atletas da equipa de Futebol de Praia do Sporting Clube de Braga, pelo título alcançado na supertaça de Futebol de Praia, em jogo realizado em Buarcos, no passado dia 02 de abril, que vem valorizar e reforçar as qualidades das atletas, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo para todos os bracarenses, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação de variadas modalidades desportivas.**



**Deliberado aprovar por unanimidade -----**

**- Voto de louvor à atleta Mariana Machado, do Sporting Clube de Braga,** pelo título de campeã nacional de corta-mato curto, prova realizada a 16 de março, em Avis, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação de variadas modalidades desportivas. **Deliberado aprovar por unanimidade -----**

**- Voto de louvor ao atleta José Paulo Lopes, pelo título de campeão Nacional Absoluto,** em 400m livres, tendo ainda conquistado a medalha de prata na prova de 1500m, em provas realizadas entre os dias 30 de março e 02 de abril, no Funchal, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação de variadas modalidades desportivas. **Deliberado aprovar por unanimidade -----**

**- Voto de louvor às atletas Maria Neves, Adriana Barros, Leonor Gonçalves e Maria Leite,** pelo título de campeãs nacionais, na prova de Estafeta Feminina, de 4x200m livres, na categoria de juvenis, realizada no dia 30 de março, no Funchal, e por revelarem carreiras em crescimento que vêm valorizar e reforçar as qualidades das atletas, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação de variadas modalidades desportivas. **Deliberado aprovar por unanimidade -----**

**- Voto de louvor à atleta Maria Neves,** pelos títulos de campeã Nacional, em 100m costas e 400m e 800m livres, na categoria de juvenis, em provas realizadas nos dias 01 e 02 de abril, no Funchal, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação de variadas modalidades desportivas. **Deliberado aprovar por unanimidade -----**

**- Voto de louvor à atleta Tamila Holub,** pelo título de campeã Nacional, em 1500m, em prova realizada no dia 02 de abril, no Funchal, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e



reforçar as qualidades da atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação de variadas modalidades desportivas. **Deliberado aprovar por unanimidade -----**

**-----OUTROS ASSUNTOS-----**

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura a outros assuntos. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS**, Adolfo Macedo, que afirmou querer fazer uma chamada de atenção para o estado dos campos de ténis da rodovia, propriedade do Município, onde existe uma escola de ténis, sendo que a forma como estão a ser realizadas as aulas e os jogos é um perigo para os atletas, mencionando que a falta de manutenção tem gerado a existência de buracos e ondulações, que podem criar entorses nos jogadores, num desporto que já é suscetível de criar lesões, e solicitando intervenção nos campos para minorar esse perigo. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga**, Sameiro Araújo, que informou que esta é a primeira vez que alguém reclama relativamente ao piso dos campos de ténis, referindo ter apenas reclamações sobre os campos de Padel, cujos pisos estão irregulares devido às raízes das árvores, referindo que ainda se está a estudar a melhor opção, informando que irá averiguar o que se passa e que têm existido várias vistorias, das quais não resultaram nenhuma irregularidade. -----

**-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----**

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- O cidadão **José Eugénio Carvalho da Silva** iniciou a sua intervenção referindo que no quarteirão compreendido entre a rua André Soares e a Avenida 31 de Janeiro, encontram-se 6 lotes habitacionais, todos formados por caves/garagens, rés-do-chão destinados ao comércio e serviços e todos os prédios com 5 andares destinados à habitação, entre esses blocos encontram-se lojas destinadas ao comércio e serviços, todas com a frente voltada para a rua André Soares, encaixadas entre as caves/garagens dos referidos blocos. Continuou referindo que as coberturas dessas lojas são todas uniformes e os espaços oferecem um terraço amplo de cerca de 25m cada, afetas ao domínio público, mas esse enquadramento arquitetónico e paisagístico será interrompido ao conceder-se licença para construir 1 piso abaixo da cota de soleira e 1 piso acima da cota de soleira, questionado se isto não configurará um privilégio, se não se abrirá um precedente gravíssimo ao conceder-se agora licenças de coisas que foram negadas no passado, e o que acontecerá se os proprietários das lojas encaixadas entre as referidas garagens solicitarem também um piso acima da cota de soleira. Prosseguiu afirmando que ao autorizar uma cota de soleira do prédio com o alvará n.º 692/2022 diferente do prédio onde mora, o



prédio acima da cota da soleira ultrapassará em 1,20 metros a altura das varandas, o que restringirá as condições de paisagem, arejamento e exposição direta aos raios solares, solicitando, em seu nome e dos moradores no número 531 que o Sr. Presidente se inteire do assunto, por entender que a obra está a violar muitos pontos do PDMB, sobretudo o n.º 1 do artigo 12.º e o 14.º, e o artigo 59.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, para informar quanto ao processo de licenciamento do imóvel, que de facto foi aprovada a arquitetura, mas que é necessário entender todo o histórico do processo e o motivo pelo qual aquilo hoje lá existe, tendo havido a aprovação de um PIP em 2021 e, portanto, estavam condenados a aprovar o projeto de arquitetura e a obra em 2022, e esse PIP foi aprovado porque existe um alvará de loteamento válido que se sobrepõe a tudo isto e que previa que houvesse ali capacidade construtiva, e que por isso não há violação do PDM, e que, na sua opinião pessoal, não se sente muito agradado com aquilo, quer do ponto de vista estético como do ponto de vista urbanístico, mas mesmo que não se concorde com a construção, não há nada a fazer, a não ser incumprir a lei. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que informou que podem ser requeridos esclarecimentos adicionais junto dos serviços competentes. -----

----- O cidadão **Carlos Dobreira** colocou três questões. **Como primeira questão**, informando que visitou o parque infantil do Areal, que foi vedado em fevereiro, e que neste momento não tem vedação e tem acesso a utilização, solicitando o ponto de situação e questionando se o mesmo será desmantelado ou requalificado. **Como segunda questão**, sobre uma intervenção nas imediações da bilheteira do Estádio Municipal de Braga, referiu que a zona está vedada e está a ser feito um levantamento de piso muito próximo de um conjunto de árvores, questionando se está previsto algum abate ou deslocação de árvores. **Como terceira questão**, sobre Parque de lazer da Quinta de São José, em Palmeira, referiu que o mesmo foi praticamente todo denunciado, como o parque infantil, o campo de jogos, o campo de basquetebol, o circuito de manutenção fitness, e que o mesmo tem vindo a ser remodelado, no entanto, têm-se verificado algumas situações como dejetos de animais no parque infantil, convívios, aparelhagens sonoras, linguagem obscena perante crianças e famílias, e que não basta requalificar, questionando se a Câmara está a preparar alguma informação tipo regras de conduta e de utilização. Terminou por felicitar o empenho do executivo ao longo dos últimos três meses e deixou o apelo sobre o programa Incluir e à intervenção de Ricardo Sousa que se juntassem à mesa e unissem esforços em prol de quem mais precisa. Em resposta à **primeira questão**, o **Presidente da Câmara** referiu que aquele é o espaço fronteiro da sede do Sporting Clube de Braga, onde estará a sede e o museu, e uma série de outras valências, e vai ser feito um arranjo do espaço público para



otimizar aquele mesmo espaço, não estando previsto o abate de árvores, mas o nivelamento do piso. Em resposta à segunda questão, o **Presidente da Câmara** referiu que não há nenhum desenvolvimento desde a última informação prestada, e que está em curso o diálogo com os moradores para avaliar qual será a intervenção que vai ser feita no local. Em resposta à **terceira questão**, o Presidente da Câmara referiu que nestes equipamentos são afixadas as regras legais e não as de conduta, que deveriam ser aprendidas noutros contextos. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

**ENCERRAMENTO:** Às 11h e 15m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Cidália Alice Lopes Rodrigues, Técnica Superior, a exercer funções na Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----